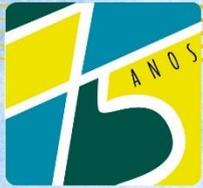


SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

05/09/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Troca de previdência privada ganha força com reforma na aposentadoria

As discussões em torno das mudanças na Previdência oficial provocaram aumento no número de investidores que migraram seus planos de aposentadoria complementar privada em busca de ganho maior, segundo dados da Fenaprevi (federação que reúne entidades do setor). A chamada portabilidade, que é quando o cliente pede para transferir seus recursos de uma seguradora para outra, cresceu 7,5% no semestre em relação ao mesmo período do ano passado. Em volume, o aumento nessa mesma comparação é mais expressivo: 42,8%, somando R\$ 7 bilhões. O número só não é maior, dizem especialistas, porque as seguradoras têm feito um trabalho forte para impedir a saída dos clientes, por meio de contrapropostas. "Há um esforço maior para não perder o recurso", afirma Raul Morgner, gerente de previdência da corretora BR Insurance. "A seguradora acaba postergando a decisão dele, oferecendo opções, fundos com perfil mais arrojado ou taxa de gestão mais baixa", diz.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/09/2017

## Antes de migrar previdência privada, é preciso pesquisar oportunidades

Pelas regras, o investidor que quiser trocar de plano de previdência não precisa arcar com os custos da transferência nem pagar Imposto de Renda. Antes de mudar plano, porém, é sempre recomendado fazer uma pesquisa sobre as diferentes ofertas. Os principais pontos a serem analisados na comparação entre os planos são o histórico de rentabilidade, as taxas (administração, carregamento e entrada e/ou saída) e as características do produto. Em relação ao histórico, vale procurar conhecer o comportamento nos últimos cinco anos, para avaliar a gestão no longo prazo. As taxas devem ser olhadas com cuidado. Em planos que cobram entrada, por exemplo, parte do dinheiro depositado fica pelo caminho, explica Police. "Coloquei R\$ 1.000, se houver uma taxa de entrada de 5%, R\$ 50 nem entraram no fundo. É preciso procurar algum plano que não tenha essa taxa", diz. O maior custo dos fundos ainda é a taxa de administração, que, no longo prazo, pode corroer parte da rentabilidade do investidor, ainda mais em um cenário de queda de juros.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/09/2017

## Bancos e poupadores podem chegar hoje a acordo sobre plano econômico

A costura de um acordo entre bancos e poupadores sobre as perdas provocadas por planos econômicos nas décadas de 1980 e 1990 chega à reta final nesta semana. Um dos pontos mais sensíveis nesta etapa são os valores a serem pagos pelos bancos aos correntistas. A negociação caminha para que sejam aplicados descontos na faixa de 30% do total devido. Os bancos pedem mais e defendem uma redução que poderia chegar a 50%, tendo em vista pedidos para que seja considerada uma multa moratória, que costuma variar de 10% a 20% do valor principal. O percentual de desconto dependerá de como serão combinados esses fatores. A estimativa é que os bancos terão de pagar algo entre R\$ 11 bilhões e R\$ 16 bilhões, a depender dos valores e da abrangência do acordo –valor muito inferior ao que se chegou a ser ventilado, ao redor de R\$ 50 bilhões. Clientes dos maiores bancos do país entraram na Justiça em ações coletivas e individuais para requerer perdas com o congelamento das remunerações da caderneta de poupança durante os planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). Em algumas ações individuais já julgadas, os poupadores conquistaram o direito à correção. Mas a maior parte deles, como a de correntistas que tinham caderneta de poupança na Caixa em São Paulo, depende desse acordo para pôr fim a uma disputa judicial que já dura 30 anos. Também esperam pela negociação correntistas paulistas que tinham poupança no Itaú, no Safra e nos atuais Bradesco (HSBC e Bamerindus) e Santander (Banespa).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/09/2017

## Será difícil dar andamento à reforma da Previdência, diz Maia

Diante da possibilidade de uma nova denúncia ser apresentada contra o presidente Michel Temer (PMDB), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), considera ser difícil o andamento da reforma da Previdência neste mês. Ele avalia, contudo, que algumas matérias que dependem de menor apoio do Legislativo, como a atualização da lei das falências, podem avançar no prazo de 15 dias de tramitação do processo contra Temer na Câmara. "Acho que acontecendo a apresentação da denúncia no prazo que estamos acompanhando pela imprensa, é difícil que a gente possa avançar uma Proposta de Emenda Constitucional até o final de setembro. Mas podemos avançar em outras agendas", comentou o deputado, que exerce interinamente a Presidência da República em razão da viagem de Temer à China. O parlamentar afirmou, no entanto, que outras agendas podem avançar no período em que as atenções do Congresso estarão voltadas à denúncia que pode ser encaminhada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/09/2017

## Mercado espera novo corte de 1 ponto percentual na taxa básica de juros

Os economistas consultados pelo Banco Central mantiveram previsão de queda na taxa básica de juros (Selic), apoiada pela inflação relativamente baixa. De acordo com o boletim Focus desta segunda (4), a expectativa é de novo corte de 1 ponto percentual na quarta (6), quando o Copom (Comitê de Política Monetária) se reúne. A taxa está atualmente em 9,25%, após duas reduções de 0,25 ponto percentual, duas de 0,75 ponto e três de 1 ponto. Para o fim deste ano e do próximo, permanecem as expectativas de Selic a 7,25% e 7,50%, respectivamente. Já o grupo que mais acerta as previsões, o Top-5, continua vendo a taxa básica de juros em 7% em ambos os anos. A perspectiva para o crescimento da economia em 2017 melhorou depois que o país avançou mais que o esperado no segundo trimestre. Os especialistas passaram a ver crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano de 0,5%, ante 0,39% anteriormente. Para 2018, a conta continua sendo de expansão de 2%.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/09/2017

## Metade das mulheres perde emprego após licença-maternidade

Metade das mulheres que tiram licença-maternidade não está mais no emprego um ano após o início do benefício. É o que mostra estudo da FGV EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas). "Fizemos uma trajetória do emprego entre as mulheres de 25 a 35 anos que tiraram licença-maternidade entre 2009 e 2012 e constatamos que, um ano após o início da licença, 48% delas estavam fora do mercado de trabalho", diz a professora da FGV EPGE Cecília Machado, autora de estudo sobre o tema com Valdemar Neto, aluno de doutorado da instituição. No total 247,5 mil mulheres tiraram licença-maternidade no período. Desse grupo, 5% tiveram o desligamento do emprego no quinto mês após a licença, e 15%, no sexto. Após quatro meses de licença, as mães têm direito a um mês de estabilidade no emprego, o que pode explicar o baixo percentual de desligamento no quinto. Segundo a professora, até o quinto mês a iniciativa para a saída do emprego é da trabalhadora. A partir do sexto mês, o principal motivo é a dispensa sem justa causa por iniciativa do empregador. "Não significa que todas essas mulheres estão sendo demitidas devido à licença-maternidade. Pode ter também um percentual de trabalhadoras que fizeram acordo para terem acesso à seguridade social, como o FGTS".

Ela lembra que em muitos casos as mulheres não retornam às suas atividades porque não têm com quem deixar os filhos pequenos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/09/2017